

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	3
Os Tributos Municipais e a Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/23)	5

Todos os Autores

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

1 A Anômala Contribuição de Iluminação Pública e suas Inconstitucionalidades desde o Nascedouro	19
<i>Aparecida Serrano de Melo Crissiana de Almeida Duarte Dias</i>	
1 Introdução	19
2 Da necessidade dos serviços essenciais de iluminação pública frente às limitações e imposições tributárias ao Estado	20
3 A previsão constitucional e sua natureza jurídica na visão dos doutrinadores e do STF	23
4 Da origem da tributação como Taxa de Iluminação Pública (TIP) para o atual rótulo de Contribuição de Iluminação Pública (CIP ou Cosip).....	26
5 A regra-matriz de incidência tributária da CIP	29
6 Inafastabilidade da aplicação principiológica para o êxito da tributação adequada	35
7 Das inconstitucionalidades da “extinta” taxa e da contribuição de iluminação pública	40
8 Reforma Tributária e o futuro da contribuição de iluminação pública	45
9 Conclusão	46
Referências	50

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL E URBANO

2 Vícios no Lançamento do IPTU e Seus Efeitos: Uma análise Jurídica dos Erros de Fato e de Direito	55
<i>Marizele da Conceição Serejo Vale da Cunha</i>	
<i>Endrigo Fabiano Ribeiro Sérgio Hitoshi Yamashiro</i>	
1 Introdução	55
2 Alguns Princípios Aplicados ao IPTU.....	56
3 Definição do IPTU e Lançamento Tributário	58
3.1 Modalidades de Lançamento.....	61
4 Revisão do Lançamento do IPTU: Vícios no Lançamento Tributário (“erro de fato” e “erro de direito”)	62
4.1 Importância da Distinção entre Erro de Fato e Erro de Direito	64
4.1.1 Erro de Fato no Lançamento do IPTU	65
4.1.2 Erro de Direito no Lançamento do IPTU	67
4.1.3 Consequências dos Erros no Lançamento do IPTU	68
4.1.4 Erros Mais Comuns no Lançamento do IPTU	69
4.2 Procedimentos para Revisão do Lançamento e Anulação dos Vícios.....	72
4.2.1 Impugnação Administrativa.....	73
4.2.2 Impugnação judicial de iniciativa do Contribuinte	75
4.2.2.1 Ação Anulatória do lançamento tributário.....	75
4.2.2.2 Ação Declaratória	75
4.2.2.3 Ação de Consignação em Pagamento	75
4.2.2.4 Ação de Repetição de Indébito.....	76
4.2.2.5 Mandado de Segurança	76
5 Conclusão	76
Referências	77

3 A Tributação do IPTU sob a ótica do § 1º do art. 156 da Constituição Federal de 1988 e a Inconstitucionalidade das Leis Municipais	79
<i>Salomé da Silva Barros</i>	
1 Introdução	79
2 Competência para Tributar – Limites Constitucionais.....	80
3 Competência Tributária sobre Imóveis Urbanos – Código Tributário Nacional – Lei 5.172/1966 – Zona Urbana.....	84
4 A Problemática da Tributação do IPTU sob a Ótica da Constituição Federal de 1988 – Inconstitucionalidade das Leis Municipais	86
5 Conclusão	90
Referências	92
4 Da Não Incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU – em Imóvel Situado em Zona Urbana que seja Destinado Exclusivamente às Atividades Rurais.....	95
<i>Tamires Raquel Norberto Enebelo</i>	
1 Introdução	95
2 Do Imposto Territorial Rural.....	96
2.1 Da hipótese de Incidência Tributária do ITR.....	97
2.1.1 Do Critério Material.....	98
2.1.2 Do Critério Espacial	99
2.1.3 Do Critério Temporal.....	99
2.2 Do Conceito de Zona Rural	100
3 Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.....	101
3.1 Do critério material.....	102
3.2 Do critério espacial	102
3.3 Do critério temporal	103
4 Da Incidência do Imposto Territorial Rural quando o Imóveis Situados em Zona Urbana Possuem Destinação Agrícola.....	103
5 Considerações Finais.....	107
Referências	107

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS

5 Análise Crítica ao Tema 796 do STF sob a Ótica do Alcance da Imunidade Tributária para Empresas com Atividade Imobiliária Preponderante. Afinal, incide ITBI?..... 111

Elisa Delamata Moura

1 Introdução	111
2 Preceitos Históricos Constitucionais sobre o ITBI e o Código Tributário Nacional.....	113
3 Atividade Imobiliária Preponderante - Característica.....	116
4 Breves contornos sobre a Regra-Matriz de Incidência Tributária do ITBI	117
5 Do Instituto da Imunidade Tributária	118
6 Da análise crítica do Tema 796 do STF – <i>Obter Dictum</i>	121
7 Considerações Finais.....	126
Referências	127

6 A Imunidade Tributária do ITBI na Integralização do Capital Social à Luz do Julgamento do Tema 796 do STF..... 131

Helliton Pereira de Lima e Silva

1 Introdução	131
2 Considerações Sobre Holding.....	132
3 A Imunidade Tributária.....	135
3.1 Conceito e Considerações	135
3.2 A Imunidade do ITBI na Realização do Capital.....	136
4 Análise do Tema 796 Decidido Pelo STF e a Integralização do Capital Social	138
4.1 Introito	138
4.2 O Tema 796: Origem.....	139
4.3 Alcance da decisão do Tema 796	141
4.3.1 Do Voto Vencido.....	141
4.3.2 Do Voto Vencedor	142

5 A Interpretação da Administração Municipal em Face da Decisão do STF	144
6 Conclusão	148
Referências	150
7 O Desafio dos Contribuintes em Fazer Cumprir a Decisão do STJ, no Tema 1113: A Base de Cálculo do ITBI na Compra e Venda de Bens Imóveis.....	153
<i>Heloisa Helena Vieira da Silva Raphaela Sandrinne Marques Sanches</i>	
1 Introdução	153
2 Breve Evolução Histórica – A Questão da Competência no Código Tributário Nacional.....	154
3 Regra-Matriz de Incidência Tributária do ITBI na Compra e Venda de Imóvel.....	155
4 O Valor Venal na Compra e Venda de Bem Imóvel para fins de ITBI	158
5 Cenário Atual: O Desafio dos Contribuintes em Fazer Cumprir a Decisão do STJ – Tema 1113	165
6 Conclusão	170
Referências	172

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

8 A Incidência de Imposto sobre Serviços – ISS em Operações de Industrialização por Encomenda	177
<i>Endrigo Fabiano Ribeiro Marizele da Conceição Serejo Vale da Cunha Sérgio Hitoshi Yamashiro</i>	
1 Introdução	177
2 A Questão: A Incidência do ISS em Operações de Industrialização por Encomenda	179
2.1 Regra-Matriz de Incidência do Imposto Sobre Serviços	180
2.2 O Conceito de Industrialização por Encomenda	187
2.3 Exemplo da Prática Tributária	190

2.4 A Incidência do ISS ou ICMS em Relação à Industrialização por Encomenda.....	195
3 Conclusão	197
Referências	198
9 Elementos Empresariais em Sociedades Profissionais: Limites e Possibilidades para a Manutenção do Regime Fixo do ISS.....	203
<i>Gustavo Leite Guilherme Pimentel Rita Silvana Assumpção</i>	
1 Introdução	203
2 Evolução Histórica e Fundamentos Legais do Regime Fixo do ISS.....	205
3 Regra-Matriz de Incidência Tributária do ISS Fixo Anual.....	210
4 Da indiferença do tipo societário para fins de obtenção do ISS fixo por ausência de elementos empresariais nas sociedades profissionais	212
5 Desafios e Perspectivas Futuras.....	220
6 Considerações Finais.....	222
Referências	224
10 Exclusão de Materiais da Base de Cálculo do ISS nos Serviços de Construção Civil.....	227
<i>Ivone Campos Alves de Lima</i>	
1 Introdução	227
2 A Origem da Controvérsia	228
3 Considerações finais.....	242
Referências	244
11 As Controvérsias do Local de Incidência Tributária do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS segundo as Normas de Regência e Jurisprudência.....	247
<i>Léa Cristina Dias Nascimento</i>	
1 Introdução	247
2 Breve Contexto Histórico do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Competência dos Entes Tributantes	248

3 Da Previsão Legal do ISS Sob a Luz da Constituição Federal de 1988 e Demais Legislações	250
4 A Regra-Matriz de Incidência Tributária e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN	250
5 Do Critério Temporal.....	254
6 Do Critério Pessoal.....	255
7 Base de Cálculo	256
8 Alíquota.....	261
9 Do Critério Espacial da Hipótese de Incidência Tributária do Imposto Sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.....	262
10 Conclusão.....	266
Referências	266
12 Da Inocorrência do Fato Gerador do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), e sua cobrança indevida em sede de Execução Fiscal.....	267
<i>Maria Elisa Nolasco Marques</i>	
1 Introdução	268
2 Aspectos Gerais – Imposto de Serviços de Qualquer Natureza	272
2.1 Hipótese de Incidência Tributária – ISSQN.....	272
2.2 Base De Cálculo – ISSQN	273
2.3 Alíquota – ISSQN.....	274
2.4 Sujeito Ativo.....	275
2.5 Sujeito Passivo	276
2.6 Lançamento Tributário	276
2.6.1 O que é um Lançamento Tributário	277
2.6.2 Modalidades de Lançamento Tributário.....	277
2.6.2.1 Lançamento Tributário de Ofício	278
2.6.2.2 Lançamento Tributário por Declaração	279
2.6.2.3 Lançamento Tributário por Homologação	279

2.6.3 O Lançamento tributário do ISSQN e o processo administrativo tributário	280
2.6.4 O lançamento tributário de ofício é um ato administrativo	282
2.6.4.1 Elementos do Ato Administrativo – Lançamento Tributário	283
2.6.4.2 Da Ausência de Motivação – Vício Insanável.....	286
2.7 Da Cobrança do ISSQN em Sede de Execução Fiscal.....	290
2.7.1 Do Lançamento Tributário e a Inscrição na Dívida Ativa – Presunção Relativa	290
2.7.2 Da Inocorrência do Fato Gerador do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), e a sua cobrança em sede de Execução Fiscal	291
2.7.2.1 Da análise do Processo Administrativo Tributário – Lançamento de Ofício do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	291
3 Considerações Finais.....	296
3.1 Das Vias de Defesa do Contribuinte em Sede de Execução Fiscal.....	296
3.2 ISSQN – Pós-Reforma – Novo IBS	297
Referências	298

13 A Distorção do Conceito de “Estabelecimento Prestador” e os Reflexos na Determinação do critério espacial do ISS..... 301

Paulo Ricardo Prates Alfaya

1 Introdução	301
2 Conceitos Essenciais Para Análise Do Tema	302
3 O Critério Espacial Do ISS Na LC 116/2003: O início Da Polêmica	304
3.1 Critério Do Estabelecimento Prestador	304
3.2 Critério Do Local Da Prestação	311
3.3 Critério Do Estabelecimento Tomador	314
4 O Estabelecimento Prestador: Explorando Um Pouco Mais Seu Significado	315

5 Controvérsias Envolvendo O Conceito De Estabelecimento	
Prestador: Casos práticos.....	319
6 Conclusão	323
Referências	325
14 O ISS e as Controvérsias na Tributação das Sociedades Uniprofissionais Optantes pelo Regime do Simples Nacional	329
<i>Paulo Ricardo Prates Alfaya</i>	
1 Introdução	329
2 As Sociedades Uniprofissionais: Aspectos Gerais e Questões Polêmicas	331
2.1 Aspectos Gerais das Sociedades Uniprofissionais	331
2.2 A Polêmica do Indevido “Desenquadramento” das Sociedades Simples pelos Municípios.....	337
3 O Simples Nacional: Elementos Históricos e Evolução Legislativa.....	340
4 O Simples Nacional e a Falácia do Tratamento Favorecido Às Sociedades Uniprofissionais	344
5 Conclusões.....	350
Referências	352
15 A Base de Cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e a sua Inclusão no Valor da Operação.....	355
<i>Sérgio Hitoshi Yamashiro Endrigo Fabiano Ribeiro Marizele da Conceição Serejo Vale da Cunha</i>	
1 Introdução	355
2 O Antecedente Histórico do ISS.....	357
3 A Regra-Matriz de Incidência Tributária do ISS.....	361
3.1 Estrutura da Regra-Matriz de Incidência do ISS	362
3.1.1 Critério Material.....	362
3.1.2 Critério Espacial.....	363
3.1.3 Critério Temporal	363
3.1.4 Critério Pessoal.....	363

3.1.5 Critério Quantitativo.....	364
3.2 Definição da Regra-Matriz de Incidência Tributária.....	364
3.3 Componentes da Regra-Matriz de Incidência Tributária	364
3.3.1 Hipótese de Incidência.....	364
3.3.2 Base de Cálculo	364
3.3.3 Sujeito Ativo	365
3.3.4 Sujeito Passivo	365
4 A Distorção da Definição do Critério Quantitativo para Determinação da Base de Cálculo do ISS	365
5 Conclusão	372
Referências	373
Taxas	375
16 Taxas Indevidas pelo Microempreendedor Individual (MEI).....	377
<i>Hélio Silveira de Mendonça Júnior</i>	
1 Introdução	377
2 Microempreendedor Individual – Breve Histórico	377
3 Taxa – Breve Histórico.....	379
3.1 Taxas Municipais.....	382
4 Custo Zero ao MEI.....	383
4.1 Insistência na cobrança pelos municípios.....	384
5 Oportunidade de Recuperação Tributária.....	385
6 Carga Tributária (Brasil x Mundo)	386
7 Conclusão	388
Referências	388
 CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA DELEGADA AOS MUNICÍPIOS	
17 Imposto Territorial Rural – ITR – Competência Federal Fora da Zona Urbana do Município	393
<i>Rita Silvana Assumpção Tamara Yasin Pertile</i>	
1 Introdução	393

2 Dos elementos gerais da tributação da propriedade: da Regra-Matriz da Incidência Tributária	394
2.1 Critério espacial do ITR	396
2.2 Critério material do ITR	400
2.3 Critério Temporal do ITR.....	401
3 Do critério quantitativo e da atuação municipal no campo do ITR.....	402
4 Análise de casos práticos	406
5 Conclusão	410
Referências	411